

O difícil acesso aos R\$ 9 bilhões

Não está claro se o governo brasileiro poderá pedir antecipação da liberação dos US\$ 4,5 bilhões do FMI e outros US\$ 4,5 bilhões dos governos dos países ricos (G-7). Tudo indica que não, até que um novo acordo entre o Brasil e o FMI seja negociado. Malan argumenta que os objetivos de desempenho acertados com o Fundo para dezembro passado foram cumpridos. "Há claras indicações de que o déficit nominal não superou os 8% do Produto Interno Bruto".

O superávit primário (meta indicativa), chegou a R\$ 5,8 bilhões, segundo o ministro. Mas houve problemas com a perda excessiva de reservas cambiais. A queima de dólares das reservas afeta diretamente a oferta de reais na economia e essa perda, em dezembro, foi superior ao imaginado no acordo. Mas, como a de novembro foi muito menor (o acordo com o FMI pre-

via até US\$ 3,5 bilhões, mas foi de US\$ 1,2 bilhão), o ministro espera que isso possa ser considerado. Só que, antes de assinar a carta de intenção, deu tempo de apurar a perda de reservas de novembro e rever a cifra. "Se pudermos fazer um caso convincente de que foram poucos os desvios das metas de dezembro e janeiro, acho que poderemos ter acesso aos US\$ 9 bilhões, sim".

Mas é quase certo que as novas metas do acordo para este ano também tenham que já estar renegociadas para que o FMI libere o dinheiro do pacote. Se for assim, corre-se o risco de não ter esse dinheiro até o final de fevereiro. E ele é necessário para dar estofamento às reservas cambiais e, com isso, fornecer munição para o Banco Central poder intervir no mercado de câmbio, não permitindo que a desvalorização do real chegue a níveis absurdos, como está ocorrendo.

Inflation targeting – Trabalhar com meta de inflação é simples, "pelo menos na teoria", escrevem quatro economistas do FMI, num texto sobre o tema (Inflation Targeting as a Framework for Monetary Policy). Guy Debelle, Paul Masson, Miguel Savastano e Sunil Sharma avaliam como bem sucedidos os sete países que optaram por essa abordagem de política econômica desde a década passada: Inglaterra, Canadá, Finlândia, Nova Zelândia, Suécia, Austrália e Espanha. O Banco Central faz o prognóstico da inflação futura e fixa a meta de inflação que deseja obter - ou uma banda inflacionária - e submete as demais políticas (monetária e cambial) a esse objetivo central. Há pre-requisitos para usá-la: não haver compromissos da política monetária com financiamento do déficit público nem com taxa de câmbio. (C.S.)